

Escolas goianas impõem contratos

GOLÂNIA — Donos de escolas particulares de Goiânia decidiram impor suas próprias regras no jogo das mensalidades. A partir do próximo ano, os pais que quiserem matricular seus filhos nas escolas da rede privada terão de assinar um "contrato de prestação de serviços", se comprometendo a pagar os reajustes das mensalidades segundo o critério definido pela escola, "sem qualquer reação". Os empresários do ensino também resolveram não permitir a criação das associações de pais nas escolas e só admitem a organização dos alunos em grêmios por reconhecer que esse direito está na Constituição.

Essas decisões foram tomadas pelos proprietários de esco-

las particulares, em assembléia convocada pelo sindicato da categoria, em Goiás. Maurílio José de Carvalho, presidente da entidade, informou que o "contrato de prestação de serviços" tem o respaldo dos códigos Civil e Comercial e "está acima de qualquer conselho ou órgão público". Segundo Carvalho, se os pais de alunos não concordarem com essas exigências, o colégio não fará a matrícula dos estudantes, que deverão procurar a rede de ensino público.

A presidenta da Associação de Pais de Alunos de Goiás, Eneida Agel, assegurou que a entidade não aceitará as imposições dos donos de escolas. Adiantou que será proposta ação judicial contra as medidas

anunciadas por se tratar de "mais um abuso" dos colégios.

Os donos de escolas criticaram a decisão do governador Henrique Santillo, que destituiu na semana passada os integrantes do Conselho Estadual de Educação de Goiás. Na atual composição do colegiado, que tem 12 conselheiros, sete membros foram reconduzidos ao cargo, inclusive um proprietário de escola. Entre os novos representantes, porém, há professores indicados pela União Municipal dos Estudantes Secundaristas e pela Associação dos Pais de Alunos. Ao dar posse aos conselheiros, Santillo exigiu maior eficiência na condução do problema das mensalidades escolares.